

Municipalização ameaça a saúde

JORNAL DO BRASIL

■ Prefeitura alerta que repasses federais são insuficientes para manter a rede pública

A municipalização dos hospitais do Inamps no Rio de Janeiro, com prazo até 31 de dezembro, poderá levar ao caos o sistema de saúde e até à falência da cidade se for mantida a política de repasse de verbas do governo federal com base na produtividade de cada unidade. De acordo com dados apresentados pela prefeitura na 1ª Conferência Municipal de Saúde, que se realizou no Riocentro, os hospitais do Inamps do Andaraí e Cardoso Fontes gastam juntos, por mês, Cr\$ 1,7 bilhão, três vezes mais que os hospitais municipais Souza Aguiar, Salgado Filho e Miguel Couto (Cr\$ 600 milhões), embora tenham uma produtividade menor.

Este quadro é confirmado por recente trabalho estatístico do Grupo de Socorro de Emergência (GSE) do Corpo de Bombeiros, que listou as causas de atendimento e destino dos 22.630 pacientes socorridos por suas ambulâncias no ano passado. O levantamento demonstra que os hos-

pitaís municipais recebem o maior número de pacientes, sobretudo vítimas de acidentes de trânsito (41%), exatamente os casos mais graves. O tratamento para esses pacientes com fraturas, traumatismos de face e de crânio requer alta tecnologia e elevado investimento, com longo período de internação.

O município do Rio é hoje o único que ainda não implantou o SUS e a principal dificuldade é que concentra a maior rede de hospitais do Inamps no país. Também aqui se registra o maior percentual de consultas médicas (19%) e de internações (29%) da rede. De acordo com levantamento da prefeitura, o município conta hoje com 20 mil servidores no setor de saúde e receberá do Inamps mais 24 mil funcionários. Mas quase todas as unidades do Inamps têm carência de pessoal e de equipamentos.

“O custo mensal das unidades que virão para a prefeitura é de Cr\$ 5 bilhões em valores de hoje, sem contar as despesas com pagamento de pessoal. O dinheiro do SUS cobre atualmente apenas 25% das despesas da secretaria, o restante é pago pela prefeitura”, afirmou o secretário municipal de Saúde, Ronaldo Gazzola, na conferência do Riocentro.

Segundo Gazzola, se não houver mudança na forma de financiamento pelo governo federal, a prefeitura terá que aumentar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para manter as unidades municipalizadas. O governo federal financia o sistema através das Unidades de Cobertura Ambulatorial — cujo teto mensal para o Rio é de apenas Cr\$ 4 bilhões, o que cobre apenas os gastos da rede privada conveniada com o Inamps — e das Autorizações de Internação Hospitalar.

Pacientes encaminhados pelo GSE em 90

Souza Aguiar (municipal).....	2.068
Carlos Chagas (estadual).....	1.580
Miguel Couto (municipal).....	1.257
Salgado Filho (municipal).....	1.099
Rocha Faria (estadual).....	705
Posse (Inamps, na época).....	597
Getúlio Vargas (estadual).....	584
Andaraí (Inamps).....	504
Cardoso Fontes (Inamps).....	503
Antônio Pedro (Niterói, UFF)....	487
Pedro II (estadual).....	447
Clementino Fraga (UFRJ).....	163
Bonsucesso (Inamps).....	159

Casos mais recusados

Fraturas.....	27,1%
Traumatismo crânio-encefálico.....	21,4%
Traumatismo de face.....	20%

Principais causas de recusa

Falta temporária de especialista.....	54%
Falta permanente de especialista.....	11%
Defeito estrutural temporário.....	11%